
De ‘filha da roda’ a ‘bela criatura vigorosa e sadia’: Maria, “A enjeitada”, de Maria Amália Vaz de Carvalho

From ‘daughter of the wheel’ to ‘beautiful vigorous and healthy creature’: Maria, “A enjeitada”, by Maria Amália Vaz de Carvalho

Juliana de Souza Mariano

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2021.n45a432>

RESUMO

Neste artigo, analisamos “A enjeitada”, de *Serões no campo*. Trata-se do primeiro livro de narrativas de Maria Amália Vaz de Carvalho, publicado em 1877. Com a análise dessa novela, pretende-se pensar sobre estruturas familiares portuguesas do período, além de compreender um pouco mais a perspectiva da autora acerca de discussões em voga no período, tais como os embates entre Romantismo e Realismo, os papéis sociais das mulheres, o direito à instrução, a luta de classes, a maternidade, o confronto entre razão e sonho, a função da religião.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Amália Vaz de Carvalho; autoria feminina; literatura portuguesa; século XIX.

ABSTRACT

In this article, we analyze “A enjeitada”, from *Serões no campo*. This is Maria Amália Vaz de Carvalho’s first book of narratives, published in 1877. By analyzing this novel, we intend to think about Portuguese family structures of the period, as well as to understand a little more about the

author's perspective on discussions in vogue in the period, such as the clashes between Romanticism and Realism, the social roles of women, the right to education, the class struggle, motherhood, the confrontation between reason and dream, and the role of religion.

KEYWORDS: Maria Amália Vaz de Carvalho; female authorship; Portuguese literature; 19th century.

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) era de família célebre, o que lhe proporcionou o acesso mais alargado e profundo à educação. Durante meio século manteve um famoso salão literário em Lisboa, muito frequentado pelos intelectuais do período, como mostra Ana Maria Costa Lopes (2005):

Maria Amália Vaz de Carvalho manteve em sua casa, à Travessa de Sta Catarina, um “famoso em Lisboa, durante mais de meio século e que nele se reuniam todas as personalidades marcantes do tempo como António Cândido Ribeiro da Costa, o médico Sousa Martins, o diplomata conde de Sabugosa, Pinheiro Chagas, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Bulhão Pato, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Bernardino Machado, entre outros. “Por ali passava o debate político do momento, as influências políticas, as várias questões científicas, filosóficas e literárias da época. (LOPES, 2005, p. 159)

Ali, havia não só o contato com grandes escritores, mas também intensa colaboração, troca literária. É nítida a influência deles nas obras de Maria Amália. É com o escritor Gonçalves Crespo (1846-1883), poeta brasileiro naturalizado português, que ela se casa, em 1874. Antes do casamento publica seu primeiro escrito, em 1867: *Uma Primavera de Mulher*, poema em quatro cantos precedido de um prólogo por Tomás Ribeiro. É o início de sua variada produção literária, que se estende até 1913 e engloba diversos gêneros, como poesia, conto, novela, crônica, ensaio, crítica literária, biografia e

traduções. A escritora, no entanto, nunca abandonou os papéis esperados para uma mulher: foi esposa e mãe zelosa. Dessa forma, conseguiu vincular a vida pública à doméstica, o que contribuiu bastante para ser aceita por seus pares e ganhar visibilidade.

Para este artigo, selecionamos “A enjeitada”, de *Serões no campo*. Trata-se do primeiro livro de narrativas de Maria Amália Vaz de Carvalho, publicado em 1877.

Ao contrário das personagens femininas dos demais contos de *Serões no campo*, que tiveram um final infeliz¹, Maria, “a enjeitada” do título da 3ª narrativa, tem um desfecho invulgar, ainda que tenha enfrentado grandes adversidades em sua vida. E é sobre “a sorte infeliz d’uma creança a quem chamavam por ali a Enjeitada” (CARVALHO, 1877, p. 99) que nos deteremos a partir de agora.

Embora não se possa afirmar, precisamente, quando se passa a narrativa de Maria Amália Vaz de Carvalho, o texto nos dá algumas pistas. Ao apresentar Maria, a narradora refere-se a ela como “filha da roda” (CARVALHO, 1877, p. 100). O nome “roda” remete ao dispositivo de madeira fixado nas janelas de hospitais em que as crianças, rejeitadas pelos pais, eram colocadas. Ao ser girada, a roda levava-as para dentro do local, preservando assim o anonimato de quem lá as deixou. Na roda eram depositadas tanto crianças cujos pais ansiavam por melhores condições de vida para os filhos; como também crianças indesejadas, consideradas “frutos do pecado” aos olhos da moral cristã.

Em 1783, devido ao grande índice de infanticídio, foi decretada a criação de instituições de assistência aos expostos em Portugal. Assim, o abandono de crianças era permitido por lei e “passou-se a

¹ Em “Um justo”, a esposa de Gabriel tornou-se uma figura miserável e envelhecida; em “Alice”, a protagonista “nunca mais sorriu” (CARVALHO, 1877, p. 92) e virou motivo de chacota na aldeia, após ser abandonada por marido e filho.

reger pelo silêncio, segredo e anonimato, não se penalizando ou tentando identificar os pais”, conforme aponta Joana Catarina Vieira Paulino (PAULINO, 2014, p. 187). Em 1836, Passos Manuel transfere a assistência, até então a cargo das Casas de Misericórdia, para as Juntas Gerais do distrito e as Câmaras Municipais em virtude dos muitos problemas enfrentados pelas Casas, como o número insuficiente de amas – que recebiam salários baixos e irregulares –, as dificuldades financeiras, a ausência das rodas em muitos locais. Com o decreto, Passos Manuel pretendia uniformizar o serviço dos expostos. No entanto, isso não foi suficiente para sanar os problemas, nem para conter as críticas oriundas, principalmente, de médicos e jornalistas, pois:

o hábito de expor acentuava-se; a administração pública não conseguia acomodar as crianças; a mortalidade era cada vez maior, decorrente do espaço onde eram criados; a falta de amas era aflitiva; e as câmaras, a quem tinham sido impostas quotas injustas, por excessivas e/ou díspares relativamente a outras, mostravam desinteresse ou chegavam a recorrer à fraude... (CUBEIRO, 2011, p. 10)

Em virtude disso, e como consequência das medidas propostas pela comissão instalada em 1862, o decreto de 1867 institui a criação de hospícios de admissão, que receberia crianças expostas, abandonadas e indigentes, em substituição às rodas de admissão anônima, que seriam oficialmente extintas. No ano seguinte é decretado o “Regulamento para o serviço de expostos e menores desvalidos ou abandonados”.

Tiago Manuel Rodrigues Cubeiro (2011) mostra, contudo, que essa extinção foi feita paulatinamente: “logo na década de 1860 em Aveiro, Leiria, concelhos rurais de Lisboa, Ponte de Lima e Torres Novas; no decénio seguinte na cidade de Lisboa, Coimbra, Viseu, Bragança, Évora, Beja...” (CUBEIRO, 2011, p. 11-12) O abandono parental permanece, mas de forma mais restrita e identificada.

Ora, apesar de “filha da roda”, Maria não habitava uma Santa Casa quando foi entregue “á brutal creatura que vinha buscar uma escrava por preço modico” (CARVALHO, 1877, p. 101), mas o hospício de Braga. Logo, há de se inferir que os acontecimentos se passam após o decreto de 1867. O primeiro contato entre Maria e a Sr^a Josepha, sua nova madrastra, é revelador:

- Como te chamas tu? dizia-lhe ella ao trazê-la para casa por aquelles caminhos luxuriantes onde tudo parece fallar da Providencia amorosa que vella sobre os homens.
- Chamo-me Maria. É um nome bem bonito, não é? O nome de Nossa Senhora, e foi ella que m’o deu, que é a minha madrinha. A mãe tinha tanta devoção com Nossa Senhora! Agora a mãe morreu, mas eu ainda rezo, porque ella me ensinou. (CARVALHO, 1877, p. 101)

Era costume da época que as crianças de pais incógnitos fossem afilhadas de Nossa Senhora. Isso também acontecia com os filhos naturais, ou seja, aqueles cuja concepção e nascimento ocorrera fora do casamento, e que só eram registrados no nome de um dos pais. Segundo Alida Metcalf (1994), a legislação portuguesa distinguia os filhos legítimos (nascidos dentro do casamento) dos ilegítimos (nascidos fora). Além disso, havia uma subdivisão entre os filhos ilegítimos: filhos naturais e filhos espúrios. Os filhos naturais eram fruto de um casal não ligado pelo matrimônio, mas sem qualquer impedimento para um futuro casamento. Já os espúrios eram fruto de relações adúlteras ou incestuosas; seus pais jamais poderiam se casar. Por isso, possuíam status inferior ao dos filhos naturais (METCALF, 1994, p. 324-325)

Maria foi criada por uma ama externa até os sete anos, algo comum às crianças admitidas em hospícios. Seu desconhecimento relativamente à sua origem só é quebrado quando Sr^a Josepha, a mulher que fora buscá-la, chama-lhe à realidade:

- A mãe?! tu não tens mãe, rapariga, tu és *engeitada*.

– O que é ser *engeitada*? perguntou a pequenina com os limpidos olhos azues a boiarem n'um fluido luminoso.

Não o sabia.

– Ser *engeitada*, voltou com desapiedado amor pela verdade a sr^a Josepha, que de genio naturalmente desabrido e atrabiliario sentia indizível prazer em repartir com alguém o fel que lhe transbordava da alma – ser *engeitada* é não ter pae nem mãe, é ser atirada para a rua como um cão no dia em que se nasce, e pertencer á roda como tu pertences, pequena. (CARVALHO, 1877, p. 101)

A mulher revela, cruelmente, que o estigma acompanhará Maria durante toda a vida, antecipando que ela não será criada como suas filhas – “que eram vaidosas, que iam á escola, que tinham vestidos de lã e brincos d'ouro” (CARVALHO, 1877, p. 103) –, mas como os animais do local.

Essa temática, constante na narrativa, é apresentada sob duas perspectivas: uma positiva e outra negativa. A primeira é a de Maria. Excluída da sociabilidade familiar (os jantares, os serões...), ela desenvolve uma relação íntima e fraterna com os animais da casa, em especial com o cão, cujo nome é bem representativo: Fiel. “O cão esse era o seu maior amigo, o seu confidente mais íntimo, o companheiro dos seus festins de brôa dura ou de caldo de couves.” (CARVALHO, 1877, p. 104) Por outro lado, os membros daquela família enxergam de maneira pejorativa essa relação. Todos eles consideram Maria alguém animalizado, bestificado, embrutecido, e, por isso, tratam-na de maneira agressiva. Ora a “mãe”:

– Ainda agora chega, seu pedaço de mandriona! Não gosta se não de andar por fóra a vadiar. Mal empregado pão o que este mono come! E pensam então que come com pezo e medida! Aquillo não parece se não que anda com fome atrazada de oito dias! Vamos, ahi tens a tigella, come e despacha-te que tens de lavar a loiça! (CARVALHO, 1877, p. 106)

Ora as “irmãs”:

– Olha a *engeitada*! cochichavam as pequenas rindo. Não parece senão irmã do cão! Verão que ainda ella há de comer com elle ao mesmo tempo!

– Tem um companheiro que está mesmo a calhar para ella! acudia a mais velha que invejava a linda cabelleira loura da orphã, e a sua formosura radiosa e delicada que feria ainda os mais ignorantes. (CARVALHO, 1877, p. 108)

A autora, porém, subverte essa perspectiva. Primeiramente, ao mostrar a forma como tratam Maria: com agressões físicas e verbais. Em seguida, ao apresentar, de maneira irônica, como a religião permeava a vida familiar:

Depois, quando chegava a hora de se deitarem, o pae, a mãe e as duas filhas, ajoelhavam-se diante d’uma tosca imagem da Virgem e rezavam unidos, implorando n’aquella doce communitade da familia os bens, a saude, a salvação eterna para todos. Maria assistia de longe áquella scena grave e pathetica á qual ninguém tentára jamais associar-a. (CARVALHO, 1877, p. 108)

São os membros dessa família, portanto, que parecem animalizados e ignorantes, pois suas ações são fundamentadas em hipocrisia. Como podem pedir salvação se têm atitudes tão vis? A ironia se faz presente quando se nota que a única relação permeada por afeto se dá entre uma menina e um cão. Ambos se compreendem e se solidarizam um com o outro.

Esse ambiente agressivo, pesado e extenuante acaba por modificar Maria. Ainda que não tenha se assemelhado à família, aos poucos, vai perdendo sua singularidade, já que não havia qualquer possibilidade de desenvolver a sua inteligência, já que lhe era negado o acesso aos estudos.

Fez-se arisca, muda, reservada, d'uma tristeza selvagem e estranha. O corpo acostumára-se ao trabalho, a alma essa parecia ter fugido, fugido até se refugiar n'algum ponto innacessível onde a ninguém era dado alcançá-la.

(...)

A sua intelligencia era uma ave prisioneira que a ignorancia apertava em rede de ferro. Não se entendia a si mesma. Tinha cogitações dolorosas que a cançavam como um pezadêllo, entrevia confusamente, na vaga penumbra do entendimento, uma ideia qualquer: tentava avassalá-la, prendê-la, dar-lhe fórma, e ela esquivava-se-lhe, adelgaçava-se no espaço, esvai-se de todo como os vapores que de manhã bordam as margens do rio de rendas phantasticas.

(...)

Era muito desgraçada. (CARVALHO, 1877, p. 110-111)

Aqui a natureza serve de influência para o estado de ânimo da personagem: “Para ella na natureza que a cercava ora carinhosa como um beijo materno, ora lugubre, soturna e gelida, ora ebria de flores, de verduras e canticos, tudo tinha uma voz correspondente aos seus varios aspectos” (CARVALHO, 1877, p. 112-113).

A natureza, embora provocasse sensações dúbias, era o único espaço de fuga para Maria. Tudo lhe era aprisionado: intelligência, fé, liberdade. A ela não era permitido nem mesmo frequentar a igreja, como qualquer outra moça de sua idade.

A primeira grande mudança em sua vida se dá por intermédio de um abade, que repreende a família por fazer distinção entre Maria e as outras filhas. A menina pode, enfim, começar a deixar de ser “ave prisioneira” e alçar pequenos voos com o auxílio do religioso. Curioso é que, mesmo com pouca instrução, sem método de ensino e, aparentemente, distante do mundo racional, é o abade defensor da necessidade de instrução, pois, antes de ser um bom padre, era

um bom cidadão; “possuia, sem estudo e sem esforço, a caridade e a justiça” (CARVALHO, 1877, p. 118):

O seu entendimento era curto, mas recto, não entendia de finas argucias, de subtilezas de consciencias timidas; o bem parecia-lhe uma estrada larga, plana e direta, de muito mais facil transito que o mal. (...) As duvidas, as incertezas, as tentações do peccado, as luctas da materia com o espirito conhecem-n’as sómente os organismos nervosos, delicados, vibrantes, nos quaes se produzem os disequilibrios physicos e intellectuaes. (CARVALHO, 1877, p. 118-119)

Por outro lado, temos a presença de Padre Honório, sacerdote que acabara de chegar à freguesia de Soutelo. Apesar de jovem, tinha uma visão conservadora acerca do catolicismo, pois

Fôra feito da massa de que se fazem nas epocas primitivas do christianismo os grandes doutores que illuminaram a Egreja (...) Por uma consequencia logica do seu character severo e retemperado nas convicções profundas, não admittia a minima concessão da parte da Egreja, não podia comprehender que ella a Immutavel, a Eterna, a Invencivel caminhasse com os seculos transformando-se sob a influencia indirecta das ideias, á mercê das procellas revolucionarias. Era um monge da primitiva Egreja; fóra do seu Crédo não conhecia a salvação. (CARVALHO, 1877, p. 131-132).

E, mesmo bastante instruído, suas leituras não abalavam sua fé; ele se posicionava em confronto com o conhecimento científico:

Estava com a Egreja contra a sciencia que lhe abala os alicerces cimentados pelo sangue de tantos martyres, contra a civilisação que tenta transformal-a em lenta evolução scritega aos seus olhos, contra a tolerancia que auctorisa os abusos, contra a indiferença e tibieza da fé que vae a pouco e pouco aniquillando o impulso moral das gerações.

Lêra todas as produções da critica e da philosophia moderna sem que a sombra d'uma duvida empanasse por instantes a transparencia luminosa da sua consciencia.

As descobertas da sciencia não o assustavam mais. A seu vêr não faziam ellas senão proclamar em voz alta as perfeições e o poder do Deus que elle servia, mas se tanto fosse preciso negaria a Sciencia para não negar um ponto só da sua Fé. (CARVALHO, 1877, p. 132-133)

Ao pregar pela primeira vez, na igreja da freguesia, padre Honório escolheu como tema as crianças expostas, abandonadas pelas mães “mais desapiedadas que lobas” (CARVALHO, 1877, p. 135). Falou com dureza contra “as mães sem entranhas, mais crueis que as feras da selva, mais vis que as meretrizes de Babylonia” (CARVALHO, 1877, p. 136), mas também implorava ao “Deus do castigo, ao terrivel Deus do Sinai” (CARVALHO, 1877, p. 136) perdão àquelas arrependidas. Isso motivou Angelina Marques a procurar a filha que ela abandonara havia quinze anos. A criança enjeitada era Maria que, subitamente, descobriu-se rica.

Surpreendendo a família adotiva e o abade, Maria revolta-se. No diálogo a seguir, vemos toda a complexidade da personagem. A certeza de uma fortuna não seria capaz de remediar toda uma vida de sofrimento e abandono:

– E o sr. abbade diz que os meus paes são ricos? perguntou a pequena, que ouviu grave, altiva e pallida, a longa alocação de seu mestre.

– Digo sim, mas que monta isso, filha? Pobres que fossem creio que havias de ser para elles a mesma.

– Não! sr. abbade, objectou ella com tal compostura e tão serena dignidade que ninguem diria que era uma pobre cabreira *enjeitada* á nascença que assim fallava – se elles fossem pobres havia de ser mais amiga d'elles. Quem é pobre e tem fome, póde não ter um bocadinho de pão para os seus filhos, mas quem é rico!... (CARVALHO, 1877, p. 142)

Ao morar com os pais biológicos, a sensação de não pertencimento, vivenciada, anteriormente, na casa da família adotiva, permanece. Maria se considerava uma intrusa; não se reconhecia como integrante daquela família, “conservava-se como estranha na casa que lhe pertencia, e diante d’aquella mulher e d’aquelle homem que choravam uns filhos de que ella não fôra irmã, sentia-se reservada, muda, accusadora quase.” (CARVALHO, 1877, p. 143)

Até mesmo a nova vida ociosa a incomoda. Privilégio das classes sociais mais altas, considerada sinônimo de riqueza e de distinção, a ociosidade era não só incentivada, mas também, de certa maneira, forçada às mulheres, como aponta Irene Vaquinhas (2005). Na construção de Maria, que era pobre e ficou rica, percebe-se que a passagem de uma classe social à outra não ocorre de maneira simples; há sempre um conflito instalado: “tão doloroso é para os olhos passar sem transicção das trevas absolutas para a grande luz, como da claridade radiosa para a escuridão profunda” (CARVALHO, 1877, p. 144).

Um tema comum às três narrativas de *Serões no campo* é a maternidade. Em todas elas, há certo grau de recusa do papel de mãe, função social obrigatória a todas as mulheres. No conto “Um justo”, a esposa de Gabriel foge e abandona a filha Maria. Só retorna à casa para velar a criança morta, como se fosse um castigo pela sua fuga. No segundo conto, há um abandono materno metafórico: ao não romantizar a maternidade, Alice mostra-se, na maior parte do tempo, indiferente ao filho. Também é castigada no final: seu marido vai embora com a criança. Como não havia demonstrado aptidão para o papel de mãe, o direito ao filho lhe é confiscado. Nenhuma das duas consegue uma segunda chance, um recomeço. Isso só é permitido a Angelina Marques na narrativa que encerra *Serões no campo* e que, neste artigo, analisamos. No entanto, a personagem consegue recuperar a filha que outrora rejeitou somente após perder suas outras crianças, como uma espécie de castigo divino. Isso é reconhecido por Maria: “Comprehendia que devêra á morte de seus irmãos, á

desgraça que fulminara os paes, o sentimento que os levara a procural-a. Sabia que a tinham ido buscar para desarmar por assim dizer as coleras de Deus” (CARVALHO, 1877, p. 145).

Para não perder outra criança, já que Maria começa a definhar de tristeza, Angelina abandona seu “egoísmo de camponio” (CARVALHO, 1877, p. 149) e permite que a filha vá estudar na capital. Aqui, novamente, é o abade quem defende a educação. Mesmo sendo uma pessoa pouco instruída, mesmo sendo uma figura religiosa, não ignora a importância da educação.

E é por meio da educação que Maria se modifica de maneira completa. A transformação interna acaba por refletir em todas as esferas da sua vida:

É Maria. Não a creança enfezada, doente, cheia de scismas dolorosas e extranhas, esmagada sob o peso d’uma fatalidade que ella propria não saberia definir.

É Maria, mas alta, ao mesmo tempo esbelta e forte, desenvolvida pela saude, transformada pela educação, conscia de si, séria, instruida e sempre pura como um lyrio da montanha. (CARVALHO, 1877, p. 153)

A educação que Maria recebe, contudo, é muito diferente da pretendida pelo abade. A professora da menina era uma jovem viúva inglesa, “cheia de talento, de conhecimentos praticos e de um juizo muito raro no seu sexo”, que fundou em Portugal “um collegio, em breve famoso pela educação especial e em harmonia com as necessidades modernas que ali recebiam as discipulas” (CARVALHO, 1877, p. 157). Em outras palavras, uma educação moderna, pautada na razão, na prática, no desenvolvimento do intellecto e do corpo, muito distante do que as raparigas recebiam na época. Irene Vaquinhas (2000) aponta que, a partir dos anos 50 do século XIX, há um aumento do incentivo à instrução feminina. No entanto, isso não se tratava

de favorecer a emancipação feminina ou de assegurar à mulher os meios que lhe permitissem escolher o seu futuro, mas tão-só habilitá-la para o cumprimento da nobre missão de “mãe de família”. Subordinado a este objectivo, solicita-se uma instrução equilibrada, apoiada numa sólida formação moral e religiosa, diferenciada, prática e que, de modo algum, lhe fossem ministrados conhecimentos em demasia sob pena de a mulher se “masculinizar”. Enfim, uma instrução que a preparasse para desempenhar o melhor possível as funções tradicionais de esposa e de mãe de família. O desenvolvimento individual da mulher, como pessoa pouco conta nesta perspectiva utilitarista. (VAQUINHAS, 2000, p. 28)

Trata-se, pois, de uma educação à inglesa, tal como a que Carlos Eduardo recebe em *Os Maias*. Uma “educação sensata”, que torne a criança saudável e forte, pois, como defende D. Afonso, na mesma obra, “a instrução para uma criança não é recitar Tityre, tu patulae recubans... É saber factos, noções, cousas uteis, cousas praticas...” (QUEIRÓS, 1888, p. 25)

O método de Mrs. Wilson foi além da educação à portuguesa, “religiosa e sã” (CARVALHO, 1877, p. 148), pois

O que porem Maria aprendeu principalmente, foi a pensar.

Cousa que o geral das mulheres sabe tão pouco!

O que ela adquiriu foi o methodo racional de se instruir, a compreensão de tudo que lhe faltava ainda saber, a modestia natural a todo o espirito sensato, que logra elevar-se o bastante para medir o fundo abysmo da propria ignorancia. (CARVALHO, 1877, p. 159)

A grande ironia é que Maria, ao implorar para que seus pais a deixassem estudar, disse que precisava aprender coisas que não sabia, como “ler, coser, bordar como as meninas ricas” para que evitasse pensar por horas e horas (CARVALHO, 1877, p. 150). Ela achava que pensar demais a adoecia. Contudo, acontece o contrário nos anos em que esteve com a mestra inglesa. Maria foi “curada” pelo pen-

samento. Pensar a libertou e deu-lhe, enfim, uma identidade. Ela conseguiu ultrapassar as barreiras da marginalidade que a definiam e a limitavam como “a enjeitada”. Mrs. Wilson

Em cinco annos fez d'aquelle debil organismo, cheio de desequilibrios, convulsionado pelos phenomenos hystericos, uma bella creatura vigorosa e sadia, e d'aquelle espirito ignorante, como um passaro, inconsciente como uma planta, um entendimento viril, reflectivo, conscio do seu destino, incapaz d'um desfallecimento morbido no caminho do dever.

Não lhe ensinou nada inutil, não lhe recheou o cerebro de pequenas futilidades, graduou o elemento intellectual (...).

As linguas franceza e ingleza que Maria aprendeu a brincar, os trabalhos de agulha, os elementos do desenho, a geographia, a historia natural, a botanica, constituiram esta educação séria e accessivel a todos os progressos. (CARVALHO, 1877, p. 158).

A transformação de Maria rendeu frutos: a menina conseguiu, enfim, aproximar-se dos pais e passou a compartilhar com eles suas leituras em calorosos serões feitos em casa. Maria lê, em voz alta, para eles ouvirem, autores variados: Charles Dickens, Camilo Castelo Branco, Shakespeare... Só não lê poesia, pois como aprendeu a evitar o sonho com a mestra, acredita que os poetas

são umas naturezas hybridas e perigosas. Teem azas com que sobem muito alto, teem garras com que nos empolgam, e chegados comnosco a certa altura, onde a vertigem começa, deixam-nos cahir de chofre. Cegos sublimes, absortos na sua visão interior, podem atirar-nos ao abysmo ou no lamaçal. (CARVALHO, 1877, p. 169-170)

Consciente de que só saiu de sua condição de pária social graças à educação, Maria percebe o quanto a sua vida afinal transcorrerá de modo absolutamente diverso das vidas das demais mulheres de seu tempo. Em carta a Mrs. Wilson, ela questiona:

No nosso paiz, e no nosso tempo, emquanto as filhas do povo educadas forem uma excepção, um milagre, terão de viver sós, ou de se resignarem a esquecer na companhia d'um ente ignorante e brutal das intimas delicadezas que um cultivo cuidadoso lhes desabrochara n'alma? Que importa? (CARVALHO, 1877, p. 175)

Sua preocupação tem respaldo nos dados estatísticos sobre a época. Vaquinhas (2005) registra que, em 1878, quase 90% das meninas maiores de sete anos eram analfabetas. O quadro permanecia semelhante anos depois: em 1930, a taxa de analfabetismo feminino ainda atingia quase 75%.

Embora reprimisse o sonho e imaginasse que terminaria a vida só, Maria encontrou em D. Luiz, filho de um fidalgo que deixou a família na miséria, alguém intelectualmente compatível. Com ele conseguia conversar sobre música, literatura, arte, filosofia e sobre o embate entre sonho e razão, tema frequente nesta narrativa:

As gravuras de Ary Scheffer, de Delacroix, de Landseer, que havia pelas paredes, um album de Gavarni e a *Montanha* de Michelet aberta sobre a mesa, foram o pretexto para estas divagações desconexas e caprichosas.

D. Luiz apontou para Michelet, dizendo:

- Tem aqui um amigo excellente.
- Amigo um pouco perigoso, perfido sem saber que o é – atalhou Maria sorrindo.
- Pois acha? Eu então adoro-o.
- Oh! adorar é talvez forte de mais. Eu tambem o aprecio muito, mas não me fio extremamente na sua voz por mais melodiosa que ella me pareça. Michelet é um philosopho que... sonha. Terrivel especie de philosophos! – disse sublinhando as palavras com um riso de malicia juvenil.
- Pois uma senhora tão moça prefere os philosophos que pensam?

– Oh! com certeza. Podem ser enfadonhos, mas não levam ao menos o espirito da gente perdido pelos pequenos atalhos.

(...)

Meu Deus! nem todas as raparigas sacrificam á poesia, ao scismar romanesco, ás flutuações do sonho; perca essa idéa, que no fim de contas é falsa. (CARVALHO, 1877, p. 180)

Nesse diálogo, os personagens acabam por subverter os estereótipos de gênero, que caracterizam a mulher como “sentimental” e o homem como “racional”. D. Luiz é quem defende o sonho; e Maria, a razão. E é com base em argumentos racionais que ela sustenta o seu ponto de vista sobre o matrimônio:

– Eu não casarei nunca. Casar com quem? Bem sabe que o homem cuja condição social fôr igual da minha, por muito bom, por muito dedicado que seja, far-me-ia desgraçada. Outros não me queriam. Sou muito humilde para querer ser a rainha d’um pobre ente boçal e sem cultivo, e muito altiva para querer ser a escrava de quem pela sua posição me fosse superior. Uns regeito eu, porque me ensinaram a ter outras aspirações, outras exigencias... outros regeitar-me-hiam porque eu sou uma pobre mulher do povo. (CARVALHO, 1877, p. 189)

Maria recusa, a princípio, o tradicional papel de esposa, pois não vê sentido em casar apenas para cumprir um papel social. Como aprendera a pensar e, portanto, libertara-se da gaiola que a aprisionava, ela almeja um verdadeiro companheiro, alguém com quem pode conviver de igual para igual, sem que precisasse se rebaixar intelectual e economicamente.

Ao revelar seus sentimentos para Maria, D. Luiz considera fatores socioeconômicos. Ambos se equivalem intelectualmente, mas enquanto ela tem origem popular, tendo alcançado a riqueza posterior-

mente, ele tem origem aristocrática, mas ficou pobre ao quitar todas as dívidas deixadas pelo pai. Maria tem dinheiro; ele tem nome:

– Quero-lhe muito. Não admitto a possibilidade de haver no mundo uma mulher que lhe seja superior, mas separa-nos um concurso de circunstancias que n’esta hora, e n’esta situação eu não sei nem posso vencer. (...) Bem sabe que é rica e que sou muito pobre, que o meu nome é um nome antigo, e que foi illustre quando os meus avós illustraram pela bravura e pela lealdade. Se eu nas circunstancias em que hoje me acho, me chegasse a seu pae e lhe pedisse a sua mão, elle havia de julgar que o meu amor era um calculo mercantil, e que eu trocara a dinheiro o meu brazão ennegrecido e pobre. (...)

– Creio que sou uma mulher um pouco superior porque o compreendi. Diz bem. Sei que o seu orgulho aristocratico o não inspirou. Sinto no coração que seria capaz de me escolher pobre como é capaz de me regeitar rica. (...) Tem razão. Diriam que houve entre nós uma troca de valores, meu pae havia de pensal-o, talvez. (CARVALHO, 1877, p. 192-193)

Para a surpresa deles, Antonio do Nascimento, o pai de Maria, consente no casamento. D. Luiz abandona a profissão de origem – a advocacia – e dedica-se a multiplicar os haveres do sogro. “É sobrio, simples e modesto o seu viver” (CARVALHO, 1877, p. 195). Ele e Maria vivem como eternos namorados, com um filho, “aquelle *baby* louro e côr de rosa, em que ella sonhava ás vezes nas suas horas de ambição” (CARVALHO, 1877, p. 195).

O desfecho da história traz a lição de conciliação entre as classes sociais para garantir o progresso do país. E é Mrs. Wilson, com seu olhar estrangeiro, que conclui:

– Meus amigos, se a fidalguia pudesse personalisar-se em D. Luiz, e se o povo se pudesse personalisar em Maria, se as duas raças inimigas se unissem e estreitassem produzindo juntas uma geração trabalhadora e heroica, eu não perdia de todo a fé no futuro do vosso paiz. (CARVALHO, 1877, p. 196).

Com “A enjeitada”, Maria Amália Vaz de Carvalho nos dá uma mostra da sua percepção para a criação literária e para os problemas e avanços da sociedade em que vivia. Isso é perceptível, em especial, no modo como as personagens femininas (Maria, sr^a Josefa, Angelina, Mrs. Wilson) são retratadas: como mulheres reais, com erros e acertos, em toda sua complexidade. Vemos, portanto, a perspectiva da escritora sobre a sua época e sobre a sua própria realidade como mulher, em um mundo que frequentemente lhe negava espaço. Sem ferir por completo as expectativas de seu tempo em relação aos papéis sociais da mulher, Maria Amália Vaz de Carvalho parece ter alargado um pouco o horizonte de possibilidades da vida feminina e dado uma contribuição singular para as grandes lutas feministas que viriam no século XX.

RECEBIDO: 29/11/2020 **APROVADO:** 31/05/2021

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Cecília. *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 1992.

CARVALHO, Maria Amália. *Serões no campo*. Lisboa: Typ. Editora Mattos Moreira, 1877.

CUBEIRO, Tiago Manuel Rodrigues. *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*. Coimbra: FL-UC, 2011.

LOPES, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de Modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005.

METCALF, Alida. Ilegítimos. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coordenação). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 324-325.

PAULINO, Joana Catarina Vieira. “Os Expostos em Números. Uma análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)”. *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2014, p. 185-215, eBook.

QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*: episódios da vida romantica. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora Luga & Genelioux Successores, 1888. - 2 v

VAQUINHAS, Irene. “*Senhoras e mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo*: as mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX). Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

MINICURRÍCULO

Juliana de Souza Mariano é doutora em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2020), com bolsa Capes e tese sobre as obras de Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torresão e Maria Peregrina de Sousa. Atualmente, é professora substituta de Literatura Portuguesa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/IM). Tem interesse nos seguintes temas: século XIX, prosa de ficção, autoria feminina.